



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23-11-17

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública da Comissão de Administração Pública do ano de 2017.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On-Line.

Essas audiências vêm sendo publicadas no *Diário Oficial* da cidade de São Paulo diariamente; no jornal *Estado de S.Paulo*, no dia 21 de novembro; e na *Folha de S.Paulo*, no dia 22 de novembro.

Foram convidados a participar desta reunião todos os Srs. Vereadores da Casa e as seguintes autoridades: Sr. Eduardo Colturato, Diretor de Turismo, representando o Sr. David Barioni, Presidente da São Paulo Turismo e Esporte, a quem convido para a mesa. Também a Sra. Heloisa Maria de Salles Proença e Sr. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, cuja presença aguardamos.

Convido também para compor a mesa os nobres Vereadores Paulo Frange e José Police Neto.

Informo que a nossa assessoria estará disponível para receber as inscrições de quem quiser se manifestar. Cada participante terá três minutos e seremos realmente rígidos, porque quando se trata de emprego precisa ser cuidado com muito carinho e muita atenção. Portanto, estão abertas as inscrições.

Convidamos para se manifestar o Sr. Eduardo Colturato, Diretor de Turismo.

O SR. EDUARDO COLTURATO – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, estar à disposição para debater esse assunto tão importante. Apenas, lamento a pouca presença para debater uma decisão, um projeto de lei tão importante, tão fundamental, que afeta a vida de tantas pessoas, enfim, esperava que realmente tivesse muito mais gente envolvido e debatendo esse assunto.

A questão da privatização do Anhembi, do ponto de vista, e aí eu falo mais pessoalmente, do que como diretor da empresa, vejo no sentido que esses momentos

deveriam ser aproveitados e tomados para debater o assunto na sua essência e não simplesmente ficar resumido à questão embora fundamental a questão do emprego das pessoas que estão lá. Acho que devíamos ter a abertura de poder discutir o próprio modelo de negócio, de quais as formas de atingir os objetivos da gestão de uma maneira mais abrangente, que pudesse responder as demandas da Prefeitura, mas que não ficasse restrito simplesmente a autorizar a vender ou não autoriza vender.

Esses momentos deveriam ser utilizados exatamente para um debate mais profundo. Evidentemente que o reaproveitamento da equipe que está lá há tantos anos é importante, fundamental, mas eu acho que é o final do processo e não o começo. Estou aqui à disposição para responder qualquer pergunta dentro do que tiver ao meu alcance e conhecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Já registrei a presença dos nobres Vereadores. Tem a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Não pertenço à Comissão de Administração Pública, estou aqui por causa da responsabilidade que me acompanha nos últimos 65 anos. Na verdade, não sei muito o que dizer. Estamos vivendo um momento dramático no país e parece que tudo isso vem contaminando todas as Casas Legislativas do Brasil, um assunto dessa importância, dessa magnitude, que envolve um Parlamento desse porte. Nós estamos aqui e a sala não respeita Sérgio Vieira de Melo, foi tão importante, e acabamos ficando relegados a esse espaço pequeno aqui para aquelas audiências públicas que normalmente não têm tanta importância ou virou uma sala acessória da Câmara Municipal. Não estou entendendo exatamente aonde vamos chegar com esse processo. Esse assunto não foi tratado em nenhum corredor e em nenhuma sala fechada. Esse assunto só foi tratado no Colégio de Líderes. Baseado numa série de situações, inclusive, está aqui o Vereador Police que fez algumas sugestões extremamente interessantes e que gostaríamos de acompanhar, aliás, estou aqui muito mais em respeito a essas novas ideias que vão tentar agregar melhor

qualidade ao projeto.

O projeto é muito ruim, fraco, mal escrito, como o de Interlagos, tão ruim quanto. E todos concordaram, até mesmo pessoas do Governo. Estamos aqui e eu esperava hoje ver pelo menos uma proposta de substitutivo, uma discussão de algum tema, e não temos nada para discutir, ou seja, temos o projeto original e do projeto original que não contempla o interesse da sociedade. Estamos caminhando para transformar esse Anhembi naquilo que o pessoal faz piadinha do corredor, num garajão para que possamos guardar os ônibus de São Paulo. Seria talvez a maior garagem de ônibus do planeta. Não vejo outra saída. Já perdemos quase tudo o que tinha no Anhembi, eventos, perdendo o dia a dia e a gente não percebe que há uma movimentação no sentido favorável.

Vamos votar o PL daqui alguns dias ou hoje ou amanhã, não sei quando, a gente não sabe, mas com certeza, vai ser judicializado, depois vai ter as impugnações normais porque o mercado não trata as coisas assim. O mercado tem escritório de advocacia contratado com pessoas extremamente envolvidas porque ganham muito bem para isso e pelo resultado. E vai ficar tudo parado lá na frente. Vamos terminar o mandato e aí vamos ficar discutindo o Anhembi e que pena que não fizemos melhor.

Se não aprimorarmos esse projeto hoje, nós vamos no final ficar esperando uma notícia à noite no jornal da Globo para ver exatamente o que o STF sobre aquele assunto do Anhembi lá de trás daqui a alguns anos. Não estou otimista com o assunto do Anhembi, ao contrário, estou bastante pessimista e acho que hoje de todos os nossos bens passíveis de concessão e privatização talvez esse fosse o mais atrativo e me parece que deixou de ser e vem deixando de ser a cada dia que a gente deixa agonizar esse processo dessa forma. Não há envolvimento de nada desse assunto, a gente não percebe esse movimento. Há pouco mais de meia dúzia. Na verdade eu vim aqui hoje só para socializar a angústia. Se as pessoas quiserem participar desse momento de socialização de angústia, isso é mais ou menos como discutir bioética, aborto, eutanásia. A gente fica assim, como é que eu faço, vou lá contribuir

com o quê, com nada, pelo menos eu distribuo um pouco da minha angústia para vocês.

Não estamos confortáveis, o processo é ruim, até agora não vimos luz no fim do túnel e quando aparece luz, parece que não estamos caminhando no sentido certo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço as palavras do Paulo Frange e digo aos presentes que a preocupação do Vereador Paulo Frange, um dos grandes lutadores e médico, cardiologista, é a nossa preocupação. O Eduardo teve a oportunidade de se manifestar a sua preocupação e as pessoas, o mínimo que estão participando.

A audiência pública tem como propósito instrumentar o projeto para que a gente possa no plenário discutir e votar, mas ela tem um sentido maior de ouvir as senhores e senhores, que são funcionários. E aonde vai terminar isso? Acho que a preocupação do Vereador Paulo eu tenho certeza e do Police é a preocupação nossa. Estamos aqui para ouvi-los e realmente tentar preparar um substitutivo para que possa melhorar.

Tem a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou ser bastante breve por duas características que acho que vale lembrar na abertura dos nossos trabalhos. Primeiro, saúdo a presença do Diretor Eduardo, obrigado pela presença, importante o Executivo aqui representado.

Quero elogiar todo o esforço que o nosso Presidente Toninho Paiva tem feito e me desculpar mais uma vez pelos meus excessos nos debates da semana anterior à passada.

Pelo período que divide a audiência pública que a gente realizou para a de hoje, imaginava eu que teríamos, nesta oportunidade, um volume de respostas por parte do Executivo, pelos apontamentos que realizamos na primeira audiência pública. Eu fiz questão – e muitos de vocês estavam presentes – de fazer uma apresentação mostrando quais as preocupações e quais as alterações que eu estava, naquele momento, sugerindo ao texto legislativo interpretando duas questões muito objetivas. Se nós estamos prestes a vender um negócio da Cidade – portanto uma empresa pública e uma terra associada a ela -, esses dois elementos têm de estar expressos de maneira muito objetiva dentro do processo legislativo.

É lógico que, naquela apresentação, eu nem trouxe de onde os estudos acabam por abastecer os mandatos que estão aqui na Câmara Municipal. Felizmente, a Universidade de São Paulo ofereceu à sociedade – está no catálogo da USP – um estudo bastante profundo de uma tese de doutorado que conta a trajetória do primeiro centro de exposições da América Latina, que é o Anhembi. E conta toda a passagem do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista negocial. Então, conta quando Caio Alcântara lançou o projeto, capturou mais de 2 mil pessoas e famílias que investiram seu dinheiro nesse projeto e conta quando não deu certo, e o Poder Público teve que recorrer. Então, parte dessa história que começa na década de 60 e que pode terminar nos próximos dias ou pode continuar por muito tempo vai depender de uma decisão madura do Parlamento. Acho que essa é a questão mais importante. Aqui estamos falando de algo que começou como um sonho; se materializou, no começo da década de 70, como uma realidade, ao recepcionar a Feira do Automóvel, fazendo uma leitura muito simples: que o Ibirapuera estava esgotado para isso. Temos que fazer essa leitura histórica para entender por que foi parar lá. E por que foi parar lá? Porque havia um terreno concedido. Aquele foi um terreno concedido, que depois foi transferido para a empresa, aí o Município passou a ter 77% das ações. Temos que entender o processo que nos trouxe até este momento.

Então, é absolutamente importante que a gente entenda toda a trajetória da atuação pública naquele empreendimento, que é importante para a Cidade. Todos os outros seguiram a orientação dele. Se a gente tem um Expo Norte, se a gente tem Centro Imigrantes – hoje São Paulo Expo -, é que se seguiu uma orientação produzida nos anos 60 inteligentemente, que a gente pode dizer por um visionário ou por um atrevido; mas essa história está muito ali revelada. Portanto, a gente tem terra pública e decisões públicas, mas temos captura do agente privado ali, corajoso, para, num momento como aquele, se lançar.

Aqui estamos falando de outro momento. O Município não tem as mesmas condições que tinha naquela época, de oferecer a terra para ter de volta ações. O Município

hoje quer vender as suas ações e está decidindo se vai vender a sua terra. E, para vender sua terra, tem orientações para isso. A venda da empresa carrega o conjunto de trabalhadores. Caso contrário, não existe empresa sem ter um único trabalhador. Não me parece que na sociedade moderna a gente consiga ter um empresa que não tenha nenhum trabalhador. Ainda não foi possível isso. Recomendo a vocês tentarem montar sua empresa pela internet; vai se pedir um demandante para sair com o CNJP. Portanto, que tenha um, mas é obrigatório que a existência de um trabalhador para a existência de uma empresa. Só existirá uma sucessora enquanto empresa desse negócio se trabalhadores ali houver. É lógico que é muito melhor se trabalhar com os trabalhadores que já sabem realizar isso do que se substituir a todos.

Esse é um debate recorrente que realizaremos com parte da mão de obra que até hoje deu à Cidade uma condição de turismo, de eventos e, portanto, que significa algo para a Cidade e tem de ser mantido. Essa discussão tem de ser feita.

Temos três dimensões aqui que temos de trabalhar muito bem. Como a gente consegue mensurar o valor do negócio? E é um negócio, a empresa é um negócio, tem ações na Bolsa. Quem acompanha a Bolsa pode verificar que no último período houve uma supervalorização. Recomendo a vocês entrarem para ver a valorização que as ações da empresa vêm tendo. Essa valorização está muito vinculada à possibilidade de comercialização. Muito mais do que a possibilidade de comercialização, uma indefinição do que vamos fazer com um dos ativos principais, que não é a empresa, mas está dentro dela, que é a terra.

O debate que sugeri e apresentei ao Executivo é: quais as regras de uso e ocupação daqueles 400 e poucos mil metros. São 2 grandes glebas, 2 grandes quadras: 283 e 284, cortadas por um melhoramento viário já implantado. O que a gente discutia era o seguinte: se está decidida a manutenção do Sambódromo, que tem cerca de 100 mil metros, todo o aproveitamento ficará naquilo que não é o Sambódromo. Aí, tínhamos uma dúvida: tem tombamento ou não tem tombamento? Não era essa a dúvida que tínhamos? Essa dúvida foi superada; correto? Porque veio decisão posterior dizendo o seguinte: não tem tombamento.

Portanto, temos lá 230, 240 mil metros, que é essa outra quadra que pode ser explorada na sua totalidade.

O Plano Diretor e a Lei de Parcelamento fazem orientações e definem que quando se transfere essa terra para o agente privado, ele passa a ter obrigações. Obrigações de se ter outros dispositivos viários, porque, enquanto aquilo é público, pode se ter 100% da área, como está lá hoje. Quando se passa para o privado, se tem um necessário parcelamento ou a legislação tem que dizer – essa legislação a ser aprovada – que não teremos a exigência desse parcelamento. Para quê? Para extrair dali o maior valor da terra, que é pública. Porque não adianta eu ter a terra pública valorizada enquanto minha, e quando vou coloca-la à venda, eu a desvalorizo porque não imponho a ela as regras boas para comercialização.

O agente privado, quando vende algo para o setor público, ele vai ao Judiciário e diz o seguinte: “Não, estou concordando com essa avaliação que a Prefeitura fez. Eles querem desapropriar por 1/5 do valor, estou topando”. O agente privado faz isso quando a gente quer construir uma escola, não faz? Vai lá e entrega a sua terra por 1/5 do valor. Normalmente é isso que se faz. Arrastam-se discussões de décadas para extrair cada centavo que o proprietário acha que vale a sua terra. Por que será que o setor público vai ter uma leitura diferente daquilo que é de todos? A terra é minha, a terra é do Paulo, a terra é de cada um de vocês e daqueles que não estão envolvidos no debate.

Portanto, temos de impor regras de desenvolvimento urbano para a Cidade que contemplem um território estratégico da Cidade. Por que estratégico? Porque do lado desses 400 mil há 2 milhões de metros quadrados também públicos. A diferença é que esses 2 milhões de metros quadrados públicos, que em breve serão públicos municipais, só dialogam com a principal eixo de circulação da Cidade – tanto hídrico como viário – pela terra do Anhembi. Portanto, temos 2,5 milhões de metros quadrados que são o novo desenvolvimento da Cidade para os próximos 50 anos.

Se eu tomar uma decisão do ponto de vista estratégico público, eu perco o

desenvolvimento da Cidade e vendo barato. Se eu tomar a decisão correta, eu incorporo valores à Cidade e melhora o desenho urbano.

Essa talvez seja a questão mais importante que nós precisamos decidir. Então, há uma decisão a ser tomada: aqueles 400 mil metros quadrados de terra pública concedida, e que depois passou a fazer parte das nossas ações, são fundamentais nesse processo.

O que nos traz a esta segunda audiência pública e é algo que motiva o debate é compreender essa decisão estratégica não tomada e o quanto ela interfere objetivamente em qualquer avaliação que for feita pela terra e pela empresa.

Acho que é fundamental esse esforço estar no debate, no diálogo com o Executivo, mas é também fundamental que participemos a sociedade. O esforço que fiz na terça-feira foi de solicitar uma segunda audiência pública, que serviria um pouco como devolutiva da primeira, pois, se na primeira apresentamos as mesmas teses que apresentamos agora e nenhuma delas, até este momento, às 10h36min, foi respondida, ainda não temos condições de avançar para o processo de votação. Aí não é por não querer a privatização nem da empresa nem da terra pública. Já anunciei várias vezes que, não só por ser liberal, acredito que o ente privado pode performar, de maneira muito mais positiva do que o agente público neste momento. No começo da minha fala, lembrei que a empresa nasceu ali nasceu privada, não pública. Então, não tem grandes conflitos.

O grande conflito é do ponto de vista do desenvolvimento estratégico da Cidade. Não é novidade que o Plano Diretor trouxe um Arco Tietê que estava em debate nesta Casa, e foi retirado, que desenhava um pouco mais aquele território. Então, o esforço que achamos necessário ser realizado é quais as formas de Índices e Parâmetros Urbanísticos para extrair o mais valor, depois de uma tomada de decisão estratégica do Governo Executivo, porque ele tem que contar para o Parlamento o que os seus quadros de desenvolvimento urbano desenharam para aquele território, porque isso também deixa claro o que o sucessor dessa empresa, que adquire na Bolsa, terá como possibilidade de negócio ali. Quando se deixa a

regra clara, fica muito mais fácil de capturar diversos atores para concorrer e, portanto, termos, desse resultado de concorrência, a presença do melhor para a Cidade. Aquele que melhor remunera a Cidade é aquele que tem um negócio que importa à Cidade.

Então, Sr. Presidente, a minha presença nesta segunda audiência pública é para voltar à tese apresentada na primeira audiência pública. Acho que chegou o momento de deixarmos um pouquinho mais claro para a sociedade o que pretendemos, e aí, sim, teremos condições de tomar uma decisão madura, responsável e, assim, avançarmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Registro a presença dos Vereadores Antonio Donato; Aurélio Nomura, Líder do Governo nesta Casa; o Secretário Municipal de Desestatização, Sr. Wilson Poit, e da Sra. Heloisa Proença, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

A palavra continua aberta àqueles que querem se manifestar.

Por intermédio do Vereador Aurélio Nomura, o Governo mandou um substitutivo, que será lido e distribuído a todos para tomarem conhecimento.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, durante esta semana, o Governo esteve discutindo o substitutivo apresentado e chegamos à posição de acrescentar o artigo 8º. Se possível, gostaria que V.Exa. concedesse a palavra à Secretária Heloisa a fim de discutirmos o que foi acrescentado ao texto, pois isso nos daria condições para, quem sabe, votar o projeto ainda na tarde de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Então, passo a palavra para a Secretária Heloisa, a quem peço que faça a leitura do substitutivo na íntegra.

A SRA. HELOISA PROENÇA – Presidente, na íntegra ou somente o artigo 8º?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELOISA PROENÇA – Está certo.

O artigo 8º que introduzimos trata justamente dessa preocupação, que é comum. Acompanhei só pela metade a fala do Vereador Police Neto, mas deu para perceber a preocupação que esta Casa tem, que é a mesma do Executivo.

Vou ler na íntegra o artigo 8º.

“Art. 8º - Previamente à alienação de que trata esta lei, os índices e parâmetros de uso e ocupação do solo para a Zona de Ocupação Especial - ZOE do Anhembi serão definidos em projeto de lei específico e, posteriormente, detalhados em um Projeto de Intervenção Urbana – PIO”.

Estamos dizendo que compreendemos a preocupação de que, para a alienação, esses índices e parâmetros e ocupação do solo estejam definidos, até para orientar a avaliação que se faz desse ativo e, compreendendo essa preocupação, o Executivo está se comprometendo a apresentar um projeto de lei específico definindo esses usos e parâmetros de uso e ocupação do solo.

Então, isso será condição para os procedimentos de alienação, que só mobilizará o Executivo no sentido de colocar ao mercado, aos interessados essa possibilidade de alienação da participação societária da SP Turismo depois que esses parâmetros venham a ser analisados e aprovados por esta Casa em projeto de lei específico que enviaremos o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos à Secretária Heloisa Proença a explanação.

Tem a palavra o Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos e todas. Cumprimento os Secretários presentes, os membros da Administração Pública.

Recebendo neste instante o substitutivo, a primeira questão é a dos funcionários, que tratamos na outra reunião e não está tratada aqui. Continuamos, portanto, com esse

impasse e acho que precisamos dar um encaminhamento.

Na medida em que o substitutivo, ou melhor, a lei inicial já falava que “as atividades de promoção do turismo e a realização de eventos culturais, artísticos e religiosos na cidade de São Paulo, atualmente exercidas pela SPTuris, passarão – com a sua desestatização – a ser executadas por Secretaria do Turismo ou por empresa pública a ser criada para este fim”.

Acho que aqui caberia a emenda de criação da empresa pública e que ela seja herdeira do RH da SPTuris, que acho o caminho natural para resolver essa questão porque a cidade de São Paulo precisa da promoção de fomento ao turismo. A cidade de São Paulo é o principal destino turístico do País: turismo de negócios, de eventos, enfim, todos conhecemos, mas precisa de uma autoridade pública que exerça essa função. Então, é a primeira questão que eu gostaria de colocar e a gente não avançou no substitutivo.

Agora, quanto à questão colocada aqui sobre o artigo 8º, que foi lido pela secretária Luiza, eu acho que mais uma vez a gente faz o processo ao inverso, de ponta cabeça, começa pelo fim. Se vai precisar de uma nova lei para definir os parâmetros, porque não faz essa lei primeiro, define os parâmetros e depois se discutir a alienação? É meio óbvio. Esses parâmetros vão definir o valor do ativo, do patrimônio e do potencial construtivo e tudo mais que possa ser feito lá, além da integração urbana que será possível com o que está na lei de zoneamento, que é uma trava de um milhão de metros quadrados.

Estou imaginando que isso possa ser alterado nesse debate aqui. Isso impacta a região, impacto o valor do terreno. Por que a gente não discutir isso primeiro e depois discute a alienação? Parece-me que o processo está invertido. Então sobre o PL são essas as duas questões que gostaria de colocar.

Agora tem uma questão anterior. Não estou aqui para ser juiz, para decidir. Eu queria até informação do Executivo, mas tem uma pendência sobre a titularidade da área. A gente recebeu um ofício. A Presidência recebeu. Enfim, tem toda uma documentação que é curiosa porque tem uma documentação da Procuradoria Geral do Estado, um documento de

2000, informando que as terras referentes às transcrições 35.907 e 36.121 são particulares, que são as transcrições aqui que são apresentadas como o título de propriedade da SPTuris. É uma história muito confusa, imagino. Ali era a área da Várzea do Tietê e deve ter tido algum processo, mas o fato é que tem uma polêmica e tem um parecer da Procuradoria Geral do Estado, não é qualquer parecer, dizendo que a terra não é da Prefeitura e nós vamos colocar para vender.

Enfim, é só mais uma questão nesse processo que parecia simples, mas cada vez mais se complica. São essas as questões que eu tinha para colocar sobre o Anhembi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador Antonio Donato. Está aberta a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, na realidade, uma das questões do Vereador Antonio Donato está resolvida na proposta no artigo 4º. Se formos verificar as atividades de promoção e realização de eventos culturais, artísticos e religiosos na cidade de São Paulo, atualmente exercida pela SPTuris, passarão com a desestatização a ser exercida por Secretaria de Turismo ou por empresa pública a ser criada para este fim.

A sugestão que V.Exa. havia mencionado foi incluída nessa questão.

O SR. ANTONIO DONATO – Mas esse era o texto original, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – No substitutivo.

O SR. ANTONIO DONATO – Temos de criar a nova empresa pública e ela ser a sucessora da SPTuris nessas atividades de promoção de eventos, de fomento ao turismo na cidade de São Paulo.

O SR. PAULO FRANGE – Na verdade, Vereador Donato, fica interpretativo de novo. Vamos ter de chamar o Judiciário para decidir o que está querendo dizer com esse texto. Aí com uma ou duas palavras juntas provavelmente resolva o problema. A empresa tem de ser sucessora e carregar consigo aquilo que tem. Do jeito que está escrito, cada um interpreta de

uma forma. Esse é um dos gargalos que a gente vai deixar para o Judiciário resolver. Então, se é para deixar para o Judiciário, vamos deixar desse jeito, mas eu acho que poderia ser corrigido pelo menos o texto com mais umas duas palavras colocadas não vai mudar o processo, a menos que haja o desejo realmente de extinguir completamente. Se não for esse o desejo, acho que pode ser aperfeiçoado ainda até o processo da votação.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sem dúvida. Gostaria até de ouvir o representante da SPTuris pertinente a essa questão com relação aos funcionários e também gostaria de ouvir o nosso Secretário Point para falar a respeito dessa questão da substituição da Secretaria de Turismo eventualmente por uma empresa a ser criada.

Não sei se a nossa secretária Heloísa possa responder ou o próprio Secretário Poit responder essa questão da titularidade do terreno levantada pelo Vereador Donato.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o diretor da SPTuris Eduardo.

O SR. EDUARDO COLTURATO – Queria esclarecer uma coisa que muitas vezes muita gente não sabe. A SPTuris, a bem da verdade, hoje ela é uma empresa que exerce três atividades bem distintas. A SPTuris tem um papel de Secretaria de Turismo do Município. Cria-se ações, promoções, campanhas, facilitadores, produtos turísticos que atraiam turistas tanto de fora da cidade, do Estado, como de outros estados ou internacionais.

O segundo papel embora tenha algumas semelhanças, mas ele na minha opinião é bem distinto. Pela legislação e pela forma como as gestões anteriores trataram esse assunto a SPTuris hoje faz um papel de uma agência de promoções de eventos da própria Prefeitura. A SPTuris organiza em torno de dois mil eventos seja para todas secretarias, outras empresas públicas, seja eventos da comunidade, eventos que são contemplados com o recurso destinado pelas emendas dos novos Vereadores.

Tem uma terceira atividade que é bem distinta que é a de gestão do Parque Anhembi hoje também do Autódromo de Interlagos. Quando a gente pensa o futuro e a

discussão, o destino das equipes e tal, a gente teria que necessariamente incorporar este entendimento de forma que nós temos gente aqui que está ali ligada à gestão do Parque Anhembi e não tem nada a ver com turismo e eventos.

Temos gente aqui que está ligado ao turismo e eventos e que não tem nada a ver com a gestão do Parque Anhembi. Então, eu acho que se a gente separar e pensar que o Parque Anhembi, ao ser privatizado, terá um proprietário particular que vai dar, supostamente, a continuidade da destinação como um centro de feiras, eventos e convenções, dessa forma é natural que o novo proprietário incorpore a maioria dos funcionários que estão ligados nessa área. Eu trabalhei no Anhembi 35 anos atrás e tive a honra e o privilégio de ter sido o primeiro diretor funcionário. Pouca gente sabe quem criou a figura do diretor, funcionário, membro do conselho funcionário, membro do conselho fiscal foi o Sr. Mário Covas. Muita gente acredita que foi a Sra. Erundina. Na verdade, foi o Sr. Mário Covas. Depois o Sr. Jânio Quadros extinguiu essa prerrogativa, a Sra. Erundina retomou e eu fui o primeiro diretor eleito do Anhembi, na época, Paulistur, em 1984. Então, eu posso falar com bastante tranquilidade, porque conheço a Casa, conheço a equipe e conheço os funcionários há muito tempo, embora claro tenha saído e retornado hoje.

Então, acho que qualquer previsão legal, qualquer destinação que se pretenda dar segurança à equipe, ela tem que pensar nessas duas vertentes. Evidentemente, quando falam que vão criar uma Secretaria de Turismo, não faz sentido trazerem pessoas que estão ligadas à manutenção do parque. Não cabe, nem caberia, senão já se criaria já uma nova estrutura, totalmente inchada. Ao mesmo tempo, não dá para imaginar que alguém vai pegar um complexo daquele tamanho e com aquela complexidade. Há muita gente que até para descobrir onde se liga a chave ou onde se fecha a torneira, vai levar uns dois anos. Então, é natural que haja na legislação, algum tipo de proteção aos funcionários ou algum tipo de exigência, de que o comprador incorpore ou dê prioridade a quem já está na casa. Queria fazer essa distinção porque acho que qualquer caminho que queira trilhar, não dá para se pensar

numa coisa única ou numa solução única.

O SR. ANTONIO DONATO – Sr. Presidente, só para dialogar, V.Exa. podia apresentar uma redação com essas sugestões, porque não está na lei. A gente está discutindo a lei

O SR. EDUARDO COLTURATO – Na verdade, todo o processo de desestatização, somos parte. É a Secretaria de Desestatização que cuida desse caminho.

O SR. ANTONIO DONATO – É que V.Exa. indicou um bom caminho para começar a conversa. Parece-se ser razoável a gente discutir nos termos que V.Exa. colocou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Wilson Poit, Secretário.

O SR. WILSON POIT – Muito bom dia. Cumprimento a todos integrantes da mesa, os amigos presentes, colaboradores da SPTur. Eu acho que quanto ao artigo 4º, que prevê a criação a uma empresa, uma Secretaria de Turismo ou uma empresa semelhante ao SPTur, que vai continuar com promoção de eventos e fomento de turismo, isso está na lei, e deverá acontecer.

Gostaria de fazer uma colocação, que o Vereador Antonio Donato trouxe para a mesa, que realmente nós tivemos conhecimento já de duas ações judiciais movidas, no passado, por particulares quanto à posse da área, mas já foram rejeitadas pela Vara de Registros Públicos e pela Vara da Fazenda Pública. No Poder Judiciário, nós estamos acompanhando isso e hoje nós estamos informações, com o extrato desses processos, que temos toda a condição de promoção a privatização da área. Então, são ações conhecidas, antigas e já tramitadas.

O SR. ANTONIO DONATO – É que eu fiz um requerimento de informações à Secretaria e não tive resposta. Então, se eu puder ter essa resposta oficialmente, ajuda-me, para não gastar tempo, nas audiências, com essas questões.

O SR. WILSON POIT – Recebemos sim, e temos um prazo para responder. Vamos

agilizar, mas estão dentro do prazo ainda, para fazer resposta ao nobre Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Por gentileza, pedindo até intervenção, eu acho que seria importante, Sr. Secretário, o envio hoje dessa resposta, para que nós possamos ter a segurança com relação à votação.

O SR. WILSON POIT – Combinado. Podemos agilizar isso e enviar isso até o meio do dia de hoje.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Os membros da mesa não querem se manifestar nesse momento?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só aqui quero reconhecer o esforço que o Executivo fez no processo de elaboração. A gente também tem que deixar muito clara para a toda sociedade que, com a nova redação que o Executivo nos traz, votar o projeto e não votar tem o mesmo resultado, do ponto de vista da lógica da desestatização, porque aprovado o texto do jeito que ele está oferecido, a Secretaria de Desestatização não poderá vender os ativos que estão lá, nem os mobiliários nem os imobiliários. Então, não podem vender a terra e não podem vender as ações, porque as ações estão vinculadas à parte do patrimônio, que é da empresa, não é mais do município. Então, lembro que o patrimônio da terra foi transferido para o agente privado. Essa transferência deu-nos ações, 77% das ações. Portanto, com essa redação dada para o artigo 8º, todo o esforço legislativo que a gente fez até agora volta a uma estaca anterior, um estágio, de esperarmos esse projeto específico, porque é ele que vai conduzir o processo de avaliação, que é prévio ao processo de desestatização, e talvez a gente possa então nos dedicar, neste momento, a muito mais daquilo que o Sr. Eduardo, diretor, trouxe-me, que porque a gente está remendo todo o debate estratégico de desenvolvimento da Cidade para um segundo momento. Não será mais esse. Portanto, a gente pode nos dedicar, neste momento, a empresa. Aí quero aproveitar a presença do Sr. Eduardo, para que a gente avançar de maneira consistente com aquilo que não é mais o desenho

urbano e as oportunidades de negócio a ali surgirão, sendo pensando exatamente isso, da extração do maior valor, mas, como isso ficou para um segundo momento, num novo projeto a ser elaborado, a ser remetido e debatido, a gente pode nos dedicar, neste momento, ao texto desse processo sucessório empresarial, se é a empresa, se não é a empresa, se é a secretaria, se a gente vai para um modelo estatutário. Então, podemos essa sugestão, porque a gente dá inclusive dá qualidade ao processo legislativo, que é esse substitutivo que já chegou para a gente, porque nele é importante a gente trabalhar com esses conceitos da gestão, gestão atual e gestão futura, porque, repito, com o artigo 8º, o processo de desestatização fica suspenso, porque ele só vai poder avançar quando outro projeto chegar à Casa e esse projeto estiver debatido e decidido. Estando decidido, nós temos condições aí de avançar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós vamos passar a palavra aqui às pessoas que se inscreveram. Realmente é importante a manifestação de todos os senhores.

Tem a palavra o Sr. José Cordeiro, conselheiro representante dos funcionários da SPTurismo.

O SR. JOSÉ CORDEIRO – Bom dia a todos. Nós estamos aqui representando os funcionários da São Paulo Turismo, que estão muito apreensivos com a situação que o projeto se coloca. Nós pedimos aqui à Casa para que nos ajude a corrigir a injustiça de não prever o futuro dessas pessoas que trabalham há décadas na empresa. Nós tememos a demissão dos 350 funcionários concursados que lá estão, porque, de fato, com a venda de ações, acontecerá a extinção da empresa, empresa de eventos e turismo da Cidade. É um quadro difícil para cada um dos que estão aqui. É um quadro difícil para aqueles que não puderam vir, que estão lá nos acompanhando.

Então, nobre Vereador Toninho Vespoli, eu agradeço a oportunidade de falar com V.Exa. Ao mesmo tempo em que nós viemos à Câmara e fomos muito bem recebidos, nós procuramos o Executivo. Até conseguimos um início de conversa, mas ela não avançou mais.

Ela está parada na Secretaria de Gestão e na Secretaria de Governo. Então, eu também peço a todos que nos ajudem a reavivar esse entendimento e conversarmos aí sobre o futuro dessas pessoas. Falando da Câmara, nós conseguimos o chamamos internamente de uma emenda coletiva de Vereadores. Ela foi formalizada pelo Sr. Mário Covas Neto, mas nós conseguimos o apoio de 47 Vereadores já, para que os funcionários sejam transferidos para outras empresas do município. Nós entendemos que a venda do terreno, a venda da condição de proprietário de SPTur faz com que a empresa que adquiriu, o banco ou a incorporadora, a gente não sabe, demita todos os funcionários, inclusive mesmo porque o pavilhão já não é mais tombado. Não existe mais esse processo. O próprio Secretário Wilson Poit, que está aqui, tem dito à mídia e aos jornais que aquelas pessoas, aquelas empresas interessadas pretendem demolir o pavilhão. Algumas já perguntaram sobre isso. Então, é uma situação muito preocupante para todos.

Nós conseguimos aqui o apoio de V.Exas. Eu gostaria de agradecer nominalmente, inclusive ao Vereador José Police Neto, que está aqui, o Vereador Aurélio Nomura, que também nos ouviu com carinho, e agradecer os representantes desta comissão. Não estão todos aqui no momento, mas eu gostaria de lembrar que a Vereadora Patrícia Bezerra, o Vereador Gilson Barreto, o senhor que nos vê, os Vereadores Alfredinho, André Santos, Antonio Donato, que está aqui presente, e o Fernando Holiday, apoiam-nos com essa sinalização, de que o nosso caso deve ser debatido em plenário.

Eu também aqui faço um agradecimento. Aí eu falo em nome das mulheres, das Vereadoras Edir Sales, Janaína Lima, Juliana Cardoso, Noemi Nonato, Rute Costa e Sâmia Bomfim, Sandra Tadeu e Soninha Francine. Também agradeço todos os outros Vereadores que colocaram as suas assinaturas na nossa emenda, os Vereadores Alessandro Guedes, Arselino Tatto, Atílio Francisco, Caio Miranda, Camilo Cristófar, Celso Jatene, Claudinho de Souza, Claudio Fonseca, Conte Lopes, David Soares, Eduardo Matarazzo Suplicy, Eduardo Tuma, Eliseu Gabriel, Fabio Riva, George Hato, Gilberto Nascimento, Isac Felix, Jair Tatto,

José Police Neto, que eu já citei, está aqui, Mario Covas Neto, que conseguiu fazer um texto para nós, a quem agradeço muito, Milton Ferreira, Gilberto Natalini, Ota, Paulo Frange, Reis, Ricardo Nunes, Rinaldi Digilio, Rodrigo Goulart, Senival Moura, Souza Santos, Toninho Vespoli e Zé Turin. São Vereadores de todos os partidos da Casa, que apoiam uma solução para esses 350 funcionários, que podem ser demitidos com esse processo.

Eu queria lembrar que a empresa tem nos ouvido, mas gostaria que levasse a nossa palavra ao Sr. Prefeito. A gente já pediu para S.Exa. desde setembro uma audiência. Não conseguimos ainda. Eu acho que, de frente a frente, S.Exa. vai poder conversar com a gente, e explicar o que vai acontecer conosco.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Ari Fernandes, da SPTur.

O SR. ARI FERNANDES – Olá, amigos, tudo bem? Queria cumprimentar todos os Vereadores da Casa, em nome do Vereador Toninho Paiva. Queria cumprimentar também os Colegas do Executivo, em nome do Sr. Secretário Wilson Poito e da Sra. Secretária Luíza também. Quero cumprimentar também todo o conselho executivo da própria São Paulo Turismo, em nome do diretor, Sr. Eduardo Colturato, e também todos os colegas e sociedade civil aqui presente.

Eu queria destacar, como o colega bem colocou, 47 Vereadores que já assinaram pela proposta, que se preocupam com a realocação dos empregados, o que vai acontecer com os empregados após o processo de privatização. Então, a gente foi recebido, nesta Casa, com muito carinho. Os Vereadores foram muito atenciosos conosco. Todos foram muito atenciosos. Então, eu queria destacar isso aqui e queria pedir que essa mesma atenção o Sr. Prefeito desse num segundo momento, no momento de sancionar ou vetar essa emenda, inteiramente ou em parte, e considerasse que essa emenda. Na verdade, o projeto talvez seja votado hoje e provavelmente, com todo carinho que nós fomos recebidos aqui, nesta Casa, entendo que

essa nossa emenda vai ser considerada junto com o projeto.

Peço então que o Sr. Prefeito venha olhar com esse mesmo carinho, com esse mesmo cuidado para esses pais e mães de família concursados.

Queria destacar aqui, aqui no final, ao Vereador Líder da Casa, Líder do Governo, Aurélio Nomura, também o carinho, o respeito que todos os funcionários da São Paulo Turismo tem por sua pessoa e por sua história aqui dentro. A gente sabe que são sete legislaturas já. São mais de 150 projetos de lei aprovados, com muitos avanços na área de proteção à infância, proteção ao idoso e urbanismo. Então, é uma história de muito trabalho, é uma história que a gente tem que destacar aqui também, e, nem momento cenário, a gente pede o apoio de S.Exa. também nessa causa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Raimundo Pedro.

O SR. RAIMUNDO PEDRO – Boa tarde, colegas, Vereadores e Srs. Secretários.

Sr. Prefeito, atenda-nos. Eu sou do conselho de representação dos funcionários da São Paulo Turismo. Isso aqui é uma medalha que eu conquistei junto com os colegas, com vários anos de estudo, com dedicação e muito orgulho. Então, eu acredito que os funcionários deveriam ter um pouquinho mais de respeito pelo Executivo.

Como um colega disse, o Executivo recebeu a gente. Ficou estacionado uma próxima conversa. Não houve uma agenda, mas eu vou falar um pouquinho de família. Vamos esquecer terra, vamos esquecer concreto e vamos esquecer ferro. Eu sei que o Sr. Doria tem sim um lado social. Eu sei que o Sr. Doria tem que se preocupar com o lado social, não é só com o dinheiro. Como os colegas falaram, a Câmara Municipal aqui abraçou todos nós, abraçou todas as famílias. A gente não está falando só de 350 funcionários, estamos falando de 350 famílias, pais e mães de famílias que aqui estão hoje.

Como o Colega disse, o Vereador Aurélio Nomura, representante do Governo, que nos recebeu muito bem, o Vereador José Police Neto, o Vereador Toninho Paiva e os demais

Vereadores, só que a gente não está achando esse acolhimento pelo Executivo.

Sr. Prefeito, receba-nos. Vamos conversar. Vamos negociar. Hoje existe uma emenda parlamentar do Vereador Mario Covas Neto, uma emenda coletiva dos 55 Vereadores e 47 assinaram a nossa emenda. Alguns não assinaram, mas conversaram com a gente. A gente tem o atendimento, mas estão apoiando a gente. Existe essa emenda. Se, por acaso, esse projeto foi votado hoje, também essa emenda vai ser votada. Então, é muito importante então os colegas continuarem na Casa.

Pessoal, eu também sou pai de família, como os colegas e as colegas. Essa Casa aqui nos acolheu.

Sr. Secretário, ajude-nos. Fala com o Sr. Prefeito lá. (Palmas) Sr. Doria, atenda os funcionários. (Palmas) A gente vê o Sr. Doria na televisão, a gente vê o Sr. Doria nos jornais. o Sr. Doria é um homem social. Eu entendo que S.Exa. tem vários compromissos na cidade de São Paulo, mas S.Exa. não pode deixar 350 pais e mães de famílias sem uma resposta.

O que peço ao Executivo, que fale qual a intenção. Se não for intenção da transferência dos colegas, fale de uma vez. Não podemos viver nessa incerteza. Não custa nada. A decisão é do Executivo, o Legislativo aqui, os colegas aqui nos abraçaram, nos acolheram. Infelizmente o Executivo virou as costas para nós. Infelizmente. Desde a primeira reunião que nós tivemos na Prefeitura do Município de São Paulo, até esse momento não temos uma agenda com o Executivo.

Muito obrigado aos Srs. Vereadores da Casa, nós nos sentimos acolhidos. Todos os Vereadores abriram as portas dos gabinetes para nos receber. Agora só falta o Prefeito nos receber. Obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a palavra o Sr. Antonio Cavalcante.

O SR. ANTONIO CAVALCANTE – Bom dia a todos. Cumprimento a mesa, na pessoa do nobre Vereador Toninho Paiva, agradecer os demais colegas aqui presentes, da SPTurismo, e dizer que esse é o momento difícil, é uma decisão do Executivo e do Legislativo,

talvez um dos maiores até hoje, já visto pelos empregados públicos dessa empresa que gostaríamos aqui de enfatizar à necessidade dessa definição do que vai acontecer com os colegas, com os funcionários da empresa, porque até agora foi apresentado esse projeto sem nenhuma colocação do que venha acontecer com os empregados dessa empresa. Então acredito que uma decisão dessa magnitude ela jamais deveria ser posta em pauta sem essa definição do que acontecer com seus empregados. Porque você está se desfazendo daquela empresa, segundo o projeto e o Art. 4º ele fala que as atividades a serem realizadas pela Prefeitura do Município de São Paulo, na parte de eventos, turismo, eventos de comunidades, os eventos da cidade, enfim, que seriam realizados por uma empresa a ser criada. Como é que você discute um projeto desse sem essa definição da empresa ser criada? Isso implica dizer que depois que você privatizar a outra ainda não foi criada e esses eventos, o que acontecerão com eles? o que acontecerá com a cidade, sem a realização desses eventos, então esse é um questionamento, porque a ser criado, pode ser agora, como pode ser daqui a cinco ou dez anos, ou nunca ser criada. Essa é a verdade. Porque esse houvesse esse interesse de fato, isso estaria posto nesse projeto. Agradeço as palavras do nobre Vereador Donato, porque estão no inverso, A discussão está inversa. Como você trata primeiro da ou da votação desse projeto para depois você definir o que vai acontecer no futuro. Gostaria que fosse bem colocado e que fosse simplificado. Essa parte de fato, o que vai acontecer. Fomos acolhidos por todos os Vereadores, aqueles que não assinaram, mas também receberam os empregados. Tenho estado com o nobre Vereador Donato - Vereador Paulo Frange não está mais presente - me recebeu com grande, com uma satisfação, um apoio total. Então eles têm declarado isso. Mas nos parece que da parte do Executivo não está tendo esse interesse e nem ele tem tido essa coragem de dizer, nós não temos interesse no reaproveitamento dos empregados. Mas essa indefinição ela não pode, porque se fosse ao inverso, os parlamentares eles já tinham decidido, já tinham tomado uma definição do que iria acontecer com eles. Então estamos do outro lado, mas somos pais de família, somos profissionais que estamos ali, a

cinco, dez, 15, 20, 30 anos. Tem pessoas que têm 40 anos, pessoas que construíram aquela empresa, desde om inicio. O nosso diretor Eduardo Portanto, ele enfatizou que esteve ali há 30 anos e já existiu pessoas ali, e que ainda estão hoje que conhece o diretor. Esse valor precisa ser preservado. Porque a Prefeitura do Município de São Paulo vai continuar com a realização desses eventos. Vai continuar com o turismo, com a realização de eventos, com os eventos da Cidade de São Paulo e como foi dito que a manutenção não pode ser aproveitado se a Secretaria for de turismo, se a agência for de turismo, não existe evento, não existe turismo sem manutenção. Então precisaria sim. Até porque não é um número tão significativo. 350 empregados não é um número tão exorbitante que não possa ter esse interesse desse reaproveitamento desses empregados. A Prefeitura do Município de São Paulo, o Executivo, sugere no Art. 4º que essa empresa a ser criada para a realização desses eventos, nada mais justo do que aproveitar esses empregados que já realizam isso hoje. Esse é o nosso desejo.

Concluindo, gostaríamos que houvesse preocupação de todos os parlamentares e que hoje definisse essa emenda, se aceita ou não aceita, acredito ser o momento, porque não temos outro momento. Essa é a segunda audiência pública e a última. Então gostaríamos de sair daqui hoje com essa definição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a palavra a Sra. Adriana Cecilia de Oliveira.

A SRA. ADRIANA CECILIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Gostaria de falar a todos, não somente como representante dos empregados. Faço parte do conselho de representação dos empregados mas gostaria de falar como cidadã. Estou participando, hoje , pela primeira vez de uma audiência publica a respeito da privatização e como cidadã gostaria de entender melhor esse processo porque para mim, tem pontos muito obscuros, que precisam ser discutidos antes de que esse projeto seja votado. Não há pressa. Não sei porque dessa pressa. Queria que os senhores explicassem para a sociedade o porque dessa pressa em privatizar um patrimônio que existe e que é nosso. Nós precisamos entender melhor o

porque isso está acontecendo dessa forma. O que vamos ganhar com isso? Não me parece que seja um valor tão alto que possa ser utilizado na área da Saúde, Educação, etc.. que possa ser tão deslumbrante que tem de ser votado imediatamente. Esses pontos obscuros eles tem de ser analisados, tem de ser passados, e tem de ser esgotados antes desse projeto ser votado da forma como vocês estão querendo fazer. Porque hoje? Porque tem de ser hoje? Porque não esgotar todos os pontos obscuros? São emendas, artigos que são colocados de forma genérica, de forma que não contempla os funcionários. Hoje o nosso colega, nosso diretor falou bem, são três equipamentos. São três formas de gestão, porque não discutir isso de uma forma que vai contemplar os funcionários. Estou falando em nome de 140 mulheres que trabalhou na SPTurismo. Estou falando em nome de várias mulheres que estão desempregadas, que estão buscando emprego e que não encontram.

E nós não estamos lá à toa, nós estamos lá porque nós passamos em concurso público, porque nós nos dedicamos a estar lá.

Hoje eu trabalho no Autódromo de Interlagos; hoje eu aqui estou também para falar a respeito do Autódromo, da minha preocupação com a privatização de um bem que é meu também.

Eu sou mulher, eu sou cidadã, eu sou funcionária e sou representante dos empregados. Eu não sou uma pessoa qualquer, eu mereço respeito como mulher, como cidadã. E eu quero entender melhor tudo que vai ser discutido nesta Casa, que quero entender melhor por que estão fazendo isso e nessa pressa. Porque quando nós vamos planejar um filho, quando nós vamos planejar uma família, nós não fazemos uma coisa de uma hora para outra, nós simplesmente fazer a coisa acontecer, sim, porque nós somos mulheres, nós temos poder de decisão. E impressionante como nós temos poucas mulheres aqui, impressionante como nesta mesa nós só temos a Dra. Heloísa aqui. Por que não outras mulheres? Então nós queremos respeito. Nós queremos, como cidadãs, como representantes desta sociedade, ter esclarecimento, para que se faça acontecer um projeto de lei que seja para o benefício de toda

a sociedade, principalmente para nós, mulheres, que estamos aqui e que fazemos parte de tudo isso, e que fazemos a vida acontecer. Então eu gostaria de pedir essa atenção.

Agradeço ao Legislativo pelo empenho em nos acolher, pelo empenho em nos prestigiar como funcionários. Mas nós, como mulheres da sociedade, merecemos e queremos esse respeito. Então peço a todos que tenham um pouco mais de cuidado, que analisem muito bem tudo que vai ser feito nesta Casa, porque isso é um bem nosso. Nós também pagamos os nossos impostos, e nós temos direitos aos esclarecimentos necessários antes que esse projeto seja votado.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a palavra o Sr. José Daniel.

O SR. JOSÉ DANIEL – Bom dia. Saúdo a mesa e todos os presentes.

Realmente o que fica é uma grande indagação, questionamento e preocupação. O Líder do Governo na Casa trouxe o substitutivo com a proposta da alteração do art. 8º. No entanto, essa questão tão importante, que é dos empregados, não foi de certa forma solucionada, e está deixando muito a desejar. Tem uma fala do Vereador Donato, que questiona a questão do art. 4º. Sem dúvida, teria que definir de forma mais precisa se seria uma secretaria de turismo ou empresa pública. Ao nosso ver, que atenda a questão dos empregados, é importante a empresa pública, porque se se optar pela secretaria de turismo, sabemos que o regime vai ser estatutário, e o regime da nossa empresa é celetista, e vai haver uma dificuldade de migração do regime do celetista para o estatutário, senão impossível. Então teríamos que ver o caminho adequado, e garantir esse caminho adequado na legislação que já vai ser votada, senão hoje, que não também não entendo. Reforço a fala da colega Adriana: por que dessa correria, essa preocupação? E solucionar de forma adequada essa questão.

Se o Executivo realmente tivesse preocupação com essa questão, teria, no projeto substitutivo, já colocado a emenda do Vereador Mario Covas Neto, que foi referendado por diversos Vereadores, a ampla maioria desta Casa. Mas não foi. Então isso nos deixa de certa

forma, mesmo que haja boa vontade desta Casa com o destino dos empregados. E quando a gente fala da questão dos empregados, não é uma questão só que alguns podem falar: “é questão corporativista”. Não é. Uma empresa é grande porque ela tem, sim, o seu patrimônio, e o seu patrimônio também abrange o patrimônio intelectual, o capital intelectual de uma empresa, que são os seus trabalhadores. Os trabalhadores que estão lá estão sendo preparados, formados, e com uma *expertise* acumulada de anos. A Prefeitura desperdiçar esse capital humano, sendo que ela vai necessitar, porque ela vai continuar fazendo turismo, vai continuar fazendo a parte de eventos, e desperdiçar esse capital sem pensar nisso, é uma segunda grande perda. E a gente agir dessa forma não estamos indo contra o princípio que norteia a administração pública, que é a do interesse público?

Devemos zelar pelo interesse público, e uma forma de zelar pelo interesse público, pela eficiência da administração, sem dúvida, é solucionar a questão dos empregados, porque é um capital humano com *expertise*, e que pode contribuir muito com as atividades, os serviços da administração pública. Então eu vejo que é uma grande discussão que deve se impor aos Vereadores, para que solucionem da melhor forma possível essa questão.

Com relação à privatização do Anhembi, eu, como cidadão, eu lamento, porque é um equipamento estratégico, num ponto estratégico da cidade de São Paulo. Nós temos o Campo de Marte, como já disse o Vereador Police Neto, que é um bem que passa a ser da Prefeitura. O ano passado eu estive em audiência do PIU de Arco Tietê, estudos da São Paulo Urbanismo apontavam que a área que tem menos verde e que necessita de áreas mais verdes é a zona Norte. De repente, vai haver uma privatização para a construção de mais prédios – essa que é a verdadeira questão –, e a gente vai estar perdendo um equipamento importante para a atividade econômica da cidade, porque, em termos de pavilhão, é um dos melhores pavilhões que existem. Tem a questão só do ar condicionado, que precisa ser solucionado. Resolvendo isso, é o melhor, é melhor que Imigrantes, qualquer outro. Todos os grandes promotores de eventos falam isso. É o único pavilhão que tem o pé direito mais alto, consegue

entrar simultaneamente mais de 100 caminhões e montar simultaneamente a feira lá dentro. Os outros têm todos que passar por uma baia para descarregar. Então quem é da área de negócios de feiras sabe que é o melhor equipamento que tem. É só a questão do ar condicionado e do telhado, que se resolvem. A própria empresa, se quisesse, poderia ter resolvido pegando dinheiro junto aos bancos privados, que teria capacidade para isso, e teria resolvido a questão, e estaríamos com uma agenda cheia.

O Anhembi é a única empresa do Município de São Paulo que consegue ter faturamento para se autopagar e ter lucro. Não tem lucro por quê? Isso tem que vir nas planilhas: o quanto de desconto que são dados para os eventos da Prefeitura que são realizados nos equipamentos do Anhembi, historicamente. De 2009 a 2015, foram dados descontos de cerca de 170 milhões. Se fosse cobrar a tabela cheia dos eventos que lá são realizados, da Prefeitura – descontos de 80%, 100%, gratuito para fazer os eventos da Secretaria, gerando economia nos cofres da Administração Direta. Existe esse levantamento? Tem como fazer porque tem todos os contratos, é só ver quanto foi dado de desconto nesse período todo de desistência do Anhembi. E vamos ver que o déficit que se alardeia hoje, de certa forma, é a São Paulo Turismo carregando a Prefeitura nas costas, então não seria realmente um déficit.

Eu lamento pela perda. Creio e espero; gostaria que não passasse esse projeto, porque é um equipamento importante em vários sentidos para a cidade de São Paulo. Poderia ser um grande parque aquela região, com uma área de convenções interligando Campo de Marte, Parque da Juventude, em formar um grande corredor verde naquela região.

É muito mais atrativo para a Cidade, para o futuro, do que construir grandes torres lá. São Paulo vai ficar cheia de torres, daqui a pouco vai ficar sufocada de tantas torres e a área econômica vai definhar. A área econômica definhando, não sei para que tantas torres.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos ao Sr. José Daniel.

Vamos abrir uma exceção ao Sr. Adílson de Souza que chegou agora, mas como não tinha mais ninguém vamos aproveitar o que ele veio para falar sobre a área do Anhembi.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – Bom dia a todos, aos Srs. Vereadores. Cheguei atrasado devido ao trânsito, mas consegui chegar a tempo para mostrar um pouco para vocês sobre essa questão de tanta guerra de tantos anos a respeito do Anhembi.

Sou sucessor, somos donos da área, uma área particular, a gente até se comove em falar, em saber hoje que o Prefeito entrou nessa questão de venda imobiliária, querendo vender a área que não lhe pertence.

Nós já vimos há muitos anos brigando na Justiça, tentando tirar a SP Turismo, a Prefeitura Municipal de cima da área, mas, infelizmente, não conseguimos até hoje devido ao fato de não conseguirmos ter concluído simplesmente um georreferencial.

Hoje a história mudou. Quero falar com vocês, estou dando a minha cara para bater, conseguimos fazer o georreferencial, conseguimos propor uma ação na Vara de Registros Públicos, que nos deu a localização exata da área. Isso foi favorável. A Justiça tarda, mas ela não falha. Nós vamos conseguir provar para o Município de São Paulo que essa área é particular, ela tem dono e estão querendo vender a área que não pertence ao Município.

Temos documentos registrados em cartório para quem queira ver. Isso está em processo.

Para vocês entenderem um pouco sobre todo esse processo, todo esse contexto geral, a área do Anhembi foi arrendada para a Câmara Municipal do Estado de São Paulo. De lá para cá, a Prefeitura jamais saiu de cima, que isso fique claro, e nós, proprietários da área, temos de ficar brigando judicialmente para tirar a Prefeitura de todos esses anos em cima da área, sem pagar um tostão.

Sabemos o que a Prefeitura arrecada, por mês, de todos esses eventos que vêm acontecendo. É um escândalo Municipal e vai se tornar um escândalo nacional. A partir de agora nós vamos brigar com facas e dentes e vamos mostrar a verdade ao povo de São Paulo.

Volto a falar que temos contrato registrado com a Câmara Municipal do Estado de São Paulo, que foi cedido ao Município o uso do solo. Venceu o contrato e não saiu de cima da terra até hoje, como está todo mundo vendo, e hoje o nosso querido Prefeito querendo vender uma terra que não lhe pertence. Vamos ser claros.

Temos processos judiciais. Venho acompanhando no trânsito, cheguei atrasado, devido ao trânsito, mas vim acompanhando o relato de toda esta audiência, via *online*, não me recordo qual dos Vereadores aqui falou que esses processos já foram transitados em julgado. Ele está equivocado, o processo está em andamento, em recurso. É uma briga judicial que a Prefeitura... Isso falando em pessoa física, se eu pego uma coisa que não é minha e vendo é um estelionato. Correto? E a Prefeitura? Passando em cima de toda Procuradoria Geral do Estado, dizendo que a área é particular. Onde está a Justiça? Nobres senhores, eu queria que vocês me respondessem. Onde está a Justiça deste país?

Estamos cansados. Estamos cansados, vou repetir. Vou repetir novamente estamos cansados desse tipo de política, de pessoas querendo sobressair em coisas que não são delas. Cada dia que vimos a televisão um é preso. Isso precisa acabar no Brasil.

A verdade deve ser dita. Graças a Deus consegui chegar a tempo. Sei que vocês estão com intenção de voto para agora, no período da tarde, mas é imprescindível eu vir aqui e expor a minha indignação.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sr. Adílson, o senhor pode concluir. Eu não sabia que o senhor é adivinhador. Hoje a tarde ninguém sabe o vai acontecer. Ninguém está com essa intenção.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – Sim. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – A sua intenção.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – A minha intenção é que suspenda essa...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O Líder do Governo, o senhor pode indagar dele. Vereador Aurélio Nomura, o senhor está com vontade de votar hoje, é

pensamento do Governo? Mas o pensamento é só seu. (Palmas) O senhor me perdoe, mas é a realidade.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, na realidade, a intenção do Governo é votarmos hoje esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Acho que não houve acordo por parte do PR, infelizmente, por alguns acontecimentos. Mas não houve acordo isso daqui. O Adílson já adivinhou o seu pensamento.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas até a votação, nós vamos analisar a emenda. Nós temos uma hora de debate.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem várias, não é que vai votar assim. Você entendeu?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Temos uma hora de debate, Presidente.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – Peço a cautela dos senhores, mais uma vez. Imploro para vocês aqui, mais uma vez, que isso não vire escândalo nacional, porque vai virar. Vai virar.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O senhor, por gentileza, conclua para que realmente a gente dar andamento.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – Tenham cautela na votação de vocês. Vocês privatizarem a SP Turismo é uma questão. Vender a SP Turismo é uma questão, vender a área que não lhes pertence é outra questão. Então tenham cautela na votação.

Agradeço a todos vocês, gostaria de expor mais, mas o tempo aqui é curto. Estou satisfeito só de vir aqui e expor a minha insatisfação com toda essa questão que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. Adílson.

O SR. ADÍLSON DE SOUZA – Agradeço a vocês. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Quero informar que as falas das senhoras

e dos senhores foram gravadas, posteriormente as Nota Taquigráficas vão, realmente, chegar às mãos dos nobres Vereadores que pedirem, para que tirem as suas conclusões.

Não sei se o Secretário ou a Dra. Heloísa querem se pronunciar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Então, por favor.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PROENÇA – Presidente, eu tenho um problema de horário, mas não queria deixar em aberto uma questão que foi colocada aqui, se não me engano pelo Vereador Antonio Donato: por qual razão está se separando em dois tempos a autorização para a alienação e a discussão dos parâmetros urbanísticos que afetarão a área. É por cautela, Vereador Donato, e para permitir que a Secretaria de Desestatização possa ao mesmo tempo ir adotando as providências. Com a autorização legislativa, a Secretaria de Desestatização poderá ir adotando os procedimentos, a documentação necessária para preparar a alienação. Então, isso só pode ser feito com alguma segurança jurídica se esta Casa autorizar a alienação, de princípio.

Com relação aos parâmetros urbanísticos se exigiria uma cautela um pouco maior na condução. Por isso, separamos. Por quê? Porque trata-se de alteração de zoneamento. Alteração de zoneamento é uma questão mais delicada, que exige um debate público particular, específico. Então, separamos para permitir que o necessário debate seja feito com relação à questão das alterações dos parâmetros urbanísticos.

E poderemos fazer, seguir o rito necessário para a saudável discussão pública para que façamos isso respeitando o rito previsto em lei.

O SR. ANTONIO DONATO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Só para dialogar com a Secretária, é evidente que são dois momentos de debate, o que estou dizendo é que os momentos estão invertidos. Acredito que seja necessário até para os procedimentos de preparação da venda que os

parâmetros estejam definidos, porque não é verdade que não foi tomada nenhuma providência, mesmo sem a lei. Foi iniciado um processo de contratação de uma empresa para avaliar o valor da empresa, que foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Até por isso, por que como vai avaliar a empresa se você não tem os parâmetros de uso e ocupação da área e isso impacta o valor do solo e do que é o principal ativo que vai ser vendido?

Então, o que estamos dizendo aqui é que a urgência falada não se coloca, porque vamos discutir, então, os parâmetros e vamos ter o valor e aí se discute a venda, me parece que esse é o procedimento lógico. E é isso o que estou reivindicando apenas, que a gente inverta o processo, que a gente suspenda a tramitação do projeto de venda e analise, assim que for possível ser enviado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano todo o projeto de detalhamento da ZOI, que é necessário para termos todos os parâmetros e saber o valor da área que vai ser impactado por esse projeto.

Então, era essa a minha questão, apenas. (Palmas)

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, estamos nessa audiência pública, é uma matéria que realmente tem de ser discutida bastante. E hoje a Comissão de Administração Pública na presidência de V.Exa. está realizando essa audiência pública.

Quero informar para o nosso amigo que usou a palavra que escândalo nacional não é aqui na Comissão de Administração Pública, não. é lá em Brasília. Se ele está acostumado a ir a Brasília e ver as coisas lá, talvez ele tenha conhecimento melhor e possa até, depois, explicar para a cidade de São Paulo, para o País. (Ininteligível) nacional não é aqui, não.

Aqui a gente trabalha com coerência, com participação. A Casa é dinâmica, aqui nós temos representatividade de todos os segmentos da sociedade na pessoa dos 55 vereadores, e são os vereadores que definem a hora e o momento de discutir e votar os projetos na Câmara Municipal de São Paulo.

Então existe o comando, existe o representante do governo, muito bem representando pelo nobre Vereador Aurélio Nomura, e a Comissão está cumprindo seu papel

de realizar esta audiência pública, ouvir as pessoas. Apesar de que é o fórum para as pessoas se manifestarem, falar o que querem, e às vezes ouvem o que não querem.

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas considerações como membro da Comissão de Administração Pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos ao Vereador Gilson Barreto, Vice-Presidente da Comissão de Administração Pública.

Está aberta a palavra. Com a palavra o Sr. Vítor, procurador.

O SR. VÍTOR – Sou Vítor, procurador assessor da Secretaria de Desestatização, sou procurador do Município.

Só para esclarecer um fato que foi levantado na audiência a pedido do Vereador Nomura, Líder do Governo, existem de fato duas ações promovidas pelo senhor que aqui se manifestou. Essas ações estão sendo acompanhadas pela Procuradoria do Município, a primeira, de 2004, junto à Vara de Registro Público que já foi extinta; a segunda reivindicatória na Vara da Fazenda Pública que também foi rejeitada, inclusive com parecer favorável do Ministério Público, em favor do Município.

Então, objetivamente, não há nenhum impedimento para a alienação e não existe nenhuma decisão judicial que indique qualquer pendência de natureza judicial a obstar a operação. O direito de ação é um direito constitucional, é um direito legítimo, deve ser exercido pelos interessados, mas, de toda forma, como advogado do Município, posso informar com tranquilidade que não há nenhum óbice para o prosseguimento dessa ação, porque o Judiciário já se manifestou em duas oportunidades em favor do Município.

Basicamente isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Vítor, pelo esclarecimento.

Com a palavra o Sr. Wilson Poit, Secretário de Desestatização.

O SR. WILSON POIT – Obrigado. Obrigado, Vítor, pelos esclarecimentos. Quero agradecer a todos que usaram a palavra. Nós anotamos tudo, tudo também é gravado aqui.

Gostaria só de reforçar, o Vereador Police Neto falou muito bem aqui sobre a divisão do projeto, sobre o que nós estamos eventualmente aprovando hoje e o que ainda teremos pela frente. Como se trata da venda de uma empresa, da venda de uma sociedade anônima, nós temos uma série de documentos e de trâmites a serem feitos, auditoria na empresa, é uma empresa que está na Bolsa, que se reporta à CVM, então a aprovação desta Casa é muito importante, a aprovação do Legislativo para prosseguirmos com o processo com toda a cautela, lembrando que a gente está trabalhando nisso há um ano, é bastante importante.

Nós estamos dividindo o processo e fazendo isso passo a passo. O que esse PL solicita hoje é a aprovação do Legislativo para que o Executivo continue organizando o processo de venda da SPTuris S.A., que demanda ainda uma série de procedimentos e documentação. Nós próximos 15 dias, aproximadamente, deveremos estar aqui com outro PL, que autoriza, que vai determinar a área e o potencial construtivo. Duas audiências públicas também são necessárias. Mas é importantíssima essa autorização, porque, mesmo antes de se saber todo o potencial construtivo e o que aquela área pode ganhar de área além de um milhão de metros quadrados, tem uma série de procedimentos burocráticos, na Justiça, uma série de coisas que nós estaremos autorizados a fazer a partir da aprovação. Para não termos, por exemplo, o problema que tivemos no Tribunal de Contas recentemente, por não ter autorização legislativa. A avaliação, sim, será feita apenas após a aprovação do segundo PL.

Reforço também, como disse o Dr. Vítor, que os documentos relativos à posse da área serão protocolados até as 13h na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a palavra do Sr. Wilson Poit.

Com a palavra o Sr. Eduardo Colturato.

O SR. EDUARDO COLTURATO – Para encerrar, quero só voltar ao tema do que seria a entidade sucessora da SPTuris, e aqui falo muito mais em nome pessoal, em nome de

alguém que está no mercado há 40 anos, do que como diretor da atual gestão, ao qual não cabe essa decisão.

Parece-nos claro e consensual que, pela atividade que a gente exerce ou virá a exercer, a facilidade e a agilidade que uma empresa ou uma agência de promoção nos moldes da Apex ou nos moldes do que a Embratur está tentando se transformar, talvez seja o melhor caminho do que uma Secretaria de Turismo que é muito mais engessada.

Digo isto porque cada vez mais – e vocês que acompanham, que trabalham conosco no dia a dia sabem – a iniciativa privada passa a ocupar um papel relevante na produção dos eventos e na realização das campanhas. Esse caminho de ser ou uma empresa pública ou uma agência nos parece muito mais eficaz e convergente com o caminho de se trabalhar cada vez mais com recursos da iniciativa privada em parceria.

E também contempla a questão colocada aqui, que é muito mais fácil trabalhar um processo de passagem dos atuais funcionários - hoje todos, embora concursados, celetistas - para outra empresa e não para alguma entidade da administração direta que é estatutária, e parece que seria muito pouco provável e muito pouco possível essa transferência automática.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos as palavras do Sr. Eduardo Colturato.

Antes de encerrar, tem outro projeto na pauta para audiência pública, o PL 716...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Pela ordem o Vereador Police Neto. V.Exa. vai falar do segundo projeto?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Mas eu posso terminar de ler?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pode, claro.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – PL 716/2017, atualiza os valores unitários

de metro quadrado de construção no terreno previsto na Lei 10.235, de 16 de dezembro de 1986.

Com a palavra o nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu pergunto a V.Exa. se os anexos desse projeto estão disponibilizados em meio digital para que a sociedade tenha acesso a eles.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nada foi encaminhado a esta Comissão, posso lhe responder com certeza.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, então sugiro que seja cancelada esta audiência pública porque é impossível realizar uma audiência pública acerca da nova tabela da planta genérica de valores sem tornar pública a nova tabela. Acho inteligente conseguir tornar pública a tabela para fazer o debate. Qualquer cidadão que entrar na página da Câmara não vai encontrar disponível essa nova planta.

Portanto, discutir um projeto que diz que a nova planta está no anexo, mas o anexo não está disponível não é nem razoável da nossa parte. Então sugiro cancelar e esperar que a estrutura da Casa torne possível o acesso da população a essa planta genérica. Inclusive, com consulta objetiva, que se possa entrar com o identificador do seu terreno, o SQL, identifique o valor de hoje e o valor projetado, permitindo que a sociedade tenha acesso à informação e, portanto, participe de uma audiência pública.

Sinto-me aqui incapaz de realizar uma audiência pública que não tive acesso à nova tabela da PGV e nem a sociedade o teve.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a observação de V.Exa. e também, o nobre Vereador Antonio Donato quer se pronunciar sobre o PL 716.

Tem a palavra o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, uma coisa não prejudica a outra. A audiência pública poderá ser realizada independente do questionamento e observações do nobre Vereador José Police Neto, mesmo porque há necessidade de, no mínimo, duas

audiências públicas. E a audiência de hoje mesmo não tendo a tabela há um compromisso, inclusive, governamental de não ter aumento nessa questão da tabela.

Requeiro que se dê continuidade a esta audiência pública, que possamos discutir, ouvir as pessoas. E para a segunda audiência fica o compromisso, inclusive, da Comissão de requerer essas tabelas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É que caso aqui a tabela é o projeto. Não há nada no projeto sem as tabelas.

O SR. GILSON BARRETO – O projeto está aí.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É que o projeto fala da tabela. Não havendo a tabela não temos como conferir se tem ou não aumento.

O SR. GILSON BARRETO – Mas podemos ouvir as pessoas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Mas que pessoas vamos ouvir?

O SR. GILSON BARRETO – Quem quiser.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A pessoa nem sabe se teve aumento, se tem tabela.

O SR. ANTONIO DONATO – Fui informado pela assessoria que sequer temos representante da Secretaria de Finanças. Quero consultar se está presente um representante da Secretaria de Finanças.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deve estar atrás da tabela.

O SR. ANTONIO DONATO – Então como é que vamos fazer uma audiência pública sem o representante da Secretaria de Finanças?

Então endosso a posição do Vereador Police Neto de cancelamento desta audiência, que se remarque.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Infelizmente o partido que V.Exa. muito bem representa está deixando a desejar. Não manda documento. Em cima da hora vem outro que não é da área. São 47 anos de uma história na Cidade que querem jogar aí para nada.

Também no segundo projeto da pauta não há como caminhar. V.Exa. vai responder

se alguém indagar?

Então vamos cancelar.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, fiz uma ponderação a V.Exa., sou membro da Comissão tanto quanto V.Exa. é o Presidente. Não estou questionando nem estou falando que deverá ter as tabelas. Agora, cabe a V.Exa. como Presidente tomar a iniciativa de cancelar ou não. Estou falando que uma coisa não prejudica a outra. E faço parte do Governo tanto quanto V.Exa., damos apoio aos projetos, aquilo que convém a mim e a todos. O que é bom para a Cidade, o que é bom para a comunidade nós aprovamos.

Inclusive, V.Exa. e o Vereador José Police Neto participaram de reunião com os representantes do Governo a respeito desse assunto. Nós questionamos que não queríamos aumento em função desse projeto.

Agora, cabe a V.Exa. anular a audiência pública ou não. Por mim realizaria a audiência pública independente de ter a tabela ou não.

O SR. ANTONIO DONATO – E para quem perguntaremos se não há ninguém da Secretaria de Finanças, Vereador Gilson?

O SR. GILSON BARRETO – E foram convidados?

O SR. ANTONIO DONATO – Claro.

O SR. GILSON BARRETO – Quem tem de responder é o Líder do Governo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou fazer a correção de uma informação imprecisa que dei. Na realidade há uma disponibilização na página da Câmara de informações com códigos. A planta genérica não está oferecida na sua plenitude, mas já está oferecida com códigos e, portanto, temos como acessar parte da informação.

Então para ser muito preciso, há como acessar a planta. Não é aquela planta histórica que se tem a vinculação de um valor ao SQL, mas há lá os códigos vinculados a valores.

Talvez fosse uma boa oportunidade, em estando o Executivo aqui, de explicar

como se chegou a essa composição e quem sabe oferecer, como foi oferecido na última oportunidade que tivemos esse debate, o simulador que permitia ao proprietário, locatário ou locador - na realidade permitiria ao cidadão - pesquisar entrando com o número do seu lote e teria acesso à informação de quanto vale, porque a planta genérica vai produzir o valor venal do imóvel. E, portanto, ao produzir o valor venal sabe-se a consequência do valor do tributo que vai ser pago o ano que vem. E, portanto, fazer uma relação do que está projetado para este ano e o que estaria projetado para o ano que vem.

Então acho que podemos avançar bastante, mas esse avanço tem de ser prévio à audiência pública porque as pessoas vão poder fazer a pesquisa e depois sim ter a oportunidade do diálogo conosco e vamos poder conferir a palavra que o Prefeito empenhou não só conosco, mas também com a sociedade. E aqui falo como apoiador do Prefeito, não vou tirar minha responsabilidade no apoio ao Prefeito. Mas tanto apoio o Prefeito que quero fazer verdade as falas dele. Se o Prefeito falou para a sociedade que não haverá aumento, tornamos público todo esse documento. Esse documento vai dar verdade à fala do Prefeito de que não há aumento, portanto, vamos poder de maneira muito objetiva levar a votação à revisão da planta genérica que mantém os valores idênticos aos deste ano, só corrigidos pela inflação.

Então é essa a questão que quero deixar clara e dizer do esforço feito pela assessoria técnica que me trouxe a informação de que tem a tabela em códigos. Não é aquela tabela histórica que se oferece com uma vinculação direta, mas já tem oferta de informação. Não é uma informação, em minha opinião, capaz de suportar o debate, mas é algo importante a ser falado aqui, porque tinha acabado de dizer que não havia nenhuma informação. Tem uma informação em código, mas pode avançar bastante e ao avançar bastante fazemos a audiência e aí sem dúvida nenhuma dar ou não dar apoio ao projeto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, agradeço as informações do nobre Vereador José Police Neto, estudioso no assunto, porque me causa surpresa ser colocado

numa audiência pública um projeto incompleto.

Então me causou muita surpresa marcar audiência pública para um projeto que não está totalmente completo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O próprio Executivo não encaminhou e nem se fez presente também.

O SR. GILSON BARRETO – A Comissão não deveria ter colocado...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – A Comissão, V.Exa. sabe muito bem, Vice-Presidente desta Comissão, que a marcamos, agora, os interessados e o Governo tem de mandar os instrumentos para que possamos, baseados neles, discutir.

Então, baseado nisso, dou por realizada a segunda audiência...

O SR. ANTONIO DONATO – Não, não. Realizada não. Cancelada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Damos por realizada a segunda audiência pública do PL 582/17. Portanto, a segunda audiência pública que tem o PL 716/17 vamos considerar como cancelada.

O SR. GILSON BARRETO – Com voto contrário do Vereador Gilson Barreto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, só para registrar a presença do Vereador Goulart, que veio para o debate da primeira audiência pública. A segunda, eu preciso dizer que a Bancada do PSD ainda não se reuniu para esse debate. Mas na questão da SPTuris o Vereador Goulart tem se dedicado muito. Um dos setores em que ele atua é o do turismo e da gastronomia. Então, tem ajudado na redação de propostas, tem recebido os funcionários da SPTuris. Então, só aqui dizer que nos acompanhou digitalmente, vinha trocando mensagem comigo e desceu tão logo recebeu a informação de que um substitutivo havia sido apresentado. Está levando o substitutivo para análise, mas eu queria agradecer, mais uma vez, a condução do nosso Presidente, a precisão em cancelar, embora dispute com o decano Gilson Barreto a realização de uma audiência pública sem a presença do Executivo, para fazer a defesa oral da matéria. Então, aqui esperávamos o Secretário Caio, a equipe da Secretaria de Finanças, para fazer a defesa do projeto que apresentou. Como estamos com outros projetos com o foco do Executivo, e aqui assistimos a presença de dois Secretários em nossa Comissão, trazendo inovações muito contundentes... A alteração proposta pelo Executivo é muito contundente, porque anuncia que o processo volta praticamente à estaca

zero. É sempre importante fazermos essa leitura, porque, à medida que dizemos que uma lei vai depender de outra, é como se essa não tivesse existido. Então, estamos voltando à estaca zero. Nem vou discutir se invertemos as ordens aqui. Mas, na questão do tempo, só poderemos ter algo concreto a ser privatizado, depois que esse segundo projeto chegar à Casa e tiver debatido. Então, essa questão é definitiva e, portanto, é uma mudança drástica no comportamento do Governo frente ao regime de desestatização. Então, curvando-se a algo que vínhamos anunciando desde o princípio: a terra pública, que tem classificado o seu zoneamento como ocupação especial, precisa estar definido ou em lei ou, se não exige lei, decreto do Prefeito, antes de qualquer processo de desestatização. Até para o processo de concessão precisaria haver regra clara para realizar a avaliação. Se você não tem regra de ocupação, se você não tem regra de uso, eu não tenho como contratar alguém que consiga definir aquilo que a lei não definiu. Portanto, o que, no mínimo, os 37 Vereadores vão definir e, portanto, a partir dessa decisão, com sanção do Prefeito, impor regras que acabem por permitir a avaliação do terreno.

Então, voltamos a uma estaca anterior e eu quero reputar essa volta à condução do Vereador Toninho Paiva que teve, há uma semana, um grande conflito comigo, e eu quero dizer que foi a sua responsabilidade na condução que nos trouxe a este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Eu que agradeço as suas palavras.

Agradecemos a presença de todos. Esta Casa vai tomar todo o cuidado, toda a atenção, merecedores que são, nessa história de 47 anos, que é o Anhembi. Tenham a certeza disso daí.

Obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.